



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XVIII — N.º 183 — SÃO PAULO JANEIRO DE 1974 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/ 50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

MASSACRES EM MOÇAMBIQUE DENUNCIADOS PELO PADRE A. DA COSTA

PUBLICAMOS ABAIXO UM RESUMO DA INTRODUÇÃO E DOS PRINCIPAIS TRECHOS DE UM FOLHETO EDITADO NA EUROPA PELO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS E REEDITADO NO BRASIL PELA UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA.

O AUTOR DESSE TERRÍVEL DEPOIMENTO É O PADRE LUIS AFONSO DA COSTA, QUE FOI PERSEGUIDO E PRESO PELAS AUTORIDADES FASCISTAS POR TER DENUNCIADO, CORAJOSAMENTE, CHACINAS DE QUE O MUNDO SÓ VIRIA A TOMAR CONHECIMENTO EM 1972, QUANDO O PADRE INGLÊS ADRIAN HASTINGS ABORDEU O TEMA NAS COLUNAS DO "TIMES", DE LONDRES. TEXTOS COMO ESTE SÃO A MELHOR RESPOSTA AOS DESMENTIDOS HIPÓCRITAS DO GOVERNO COLONIALISTA DE CAETANO & CIA.

O Saldo da Farsa

Passado o período eleitoral português, agora que os últimos estratagemas de mascarada caetanista já vão longe, chegou o momento de avaliar com serenidade o saldo que a comédia deixou, aquilo que ficou no salão depois do desfile carnavalesco.

Normalmente, após uma campanha eleitoral séria e para valer, há paixões a acalmar, há esquemas a rever, há estruturas que devem ser reelaboradas. Em relação ao caso português entretanto haver poucas considerações a fazer neste plano. Dada a dramática cisão, que o salazarismo criou e o caetanismo aprofundou, entre um País real e um Estado ilegal, é evidente que o processo que Portugal acaba de atravessar interessa e diz respeito mais à propagação do segundo do que aos verdadeiros interesses do primeiro. Foi esse Estado ilegal que organizou as eleições, que designou os candidatos, que fraudou os cadernos, que reforçou ainda mais o aparelho de repressão, que manipulou os resultados, que comunicou ao mundo os nomes dos escolhidos. O primeiro, que é a verdadeira nação portuguesa, amordaçada há quase cinco décadas, lutando simultaneamente por um lugar ao sol no concerto das nações e contra um Estado que a impede de alcançar esse lugar, nada mais pôde fazer do que manifestar a sua repugnância e recusar-se a participar até ao fim da farsa eleitoral.

Posta a questão nestes termos, que nos parecem os mais corretos, não deveremos contudo deixar que se estabeleçam conversações entre esta recusa, que foi dignidade, que foi altivez, que foi um ato político lúcido e consciente, e uma falta de interesse pelo processo eleitoral como meio legítimo de atingir o poder.

A repugnância dos portugueses em colaborar com a fraude eleitoral depõe a favor do seu espírito político que o fascismo, em tanto tempo, não conseguiu anestesiar.

Os observadores apressados podem concluir que os portugueses ao abster-se, deram um passo atrás no longo caminho pela democratização. Deixemo-los com essas ilusões, nós que sabemos que o povo português, ao recuar, apenas se preparou para um salto avante que o levará à derrota do caetanismo. O que importa é que a campanha eleitoral, apesar de todas as restrições, permitiu aos democratas portugueses tentar organizar-se melhor, estruturar-se nos lugares onde não estavam estruturados, conquistar posições que lhes permitam lutar pela legalidade na vida política de que se acham privados.

O povo português sabe que não é fácil alcançar estes objetivos, pois a repressão aumenta na medida direta em que se multiplicam as derrotas do regime nas colónias e se torna maior a poluição do país. Mas as posições avançadas que as forças democráticas conquistaram nos últimos anos, já lhes permitem ao mesmo tempo dizer um não altivo às eleições-fantoches e pensar na implantação de um esquema político que leve, a breve passo, a umas eleições — verdade.

Para atingir este esquema continuam válidas as reivindicações aprovadas em plenário no Congresso de Aveiro: 1. Luta pelas liberdades democráticas fundamentais, de organização de partidos políticos, de reunião, sindical, de imprensa, assim como do direito à greve; 2. Luta contra a repressão, pela dissolução da FIDE-DGS, contra a tortura, pela anistia, pela libertação de todos os presos, pelo regresso dos exilados; 3. Luta contra a guerra colonial, pelo seu fim imediato, pela abertura de negociações com os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; 4. Luta contra o congelamento de salários, a carestia da vida e o peso dos impostos; 5. Luta contra o domínio dos monopólios e contra a submissão ao imperialismo.

Neste período pós-eleitoral é em torno destes pontos que se concentram as energias do povo português, que volta as costas à sinistra mascarada e se empenha a fundo no combate pela democratização do nosso país.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DA INTRODUÇÃO

«Em 1961 começou a guerra em Angola. Dois anos depois os habitantes da Guiné-Bissau pegam em armas. No ano seguinte, em 1964, é a vez de Moçambique.»

«Nas três colónias portuguesas mais importantes, os povos revoltam-se contra a dominação estrangeira, contra a exploração e a opressão colonialistas. Não é só natural e humano; é também o resultado da história. Vivia-se já o fim do colonialismo. Países poderosos, como a Inglaterra, a França, a Bélgica viam-se forçados a reconhecer a independência das antigas colónias. Ao fim de anos de guerra, a França tinha de sair da Argélia.»

«Passados que são mais de uma dezena de anos, qual é o resultado, para Portugal e para os portugueses, da política de guerra do governo, ontem com Salazar e hoje com Marcelo Caetano?»

Milhares de jovens já morreram na guerra. Um número muito maior ficou estropeado, no corpo como no espírito. Contam-se por dezenas de milhares, talvez uns 100.000, os ausentes no estrangeiro, refractários e desertores. Os que são apanhados são presos e maltratados. Mesmo assim cerca de meio milhão de soldados portugueses devem ter feito dois ou três anos, e mais, de serviço no continente africano.

Portugal despojava-se nas aldeias e nos campos. A riqueza produzida por quem trabalha é absorvida pelos lucros fabulosos dos grandes magnates da finança portuguesa e estrangeira e pelas despesas não menos fabulosas com a guerra e as polícias, que atingiram mais de quinze milhões de contos em 1971, segundo os dados oficiais, ou seja, 45% do orçamento do Estado. Se há pois quem lucre muito com a guerra — aquela dúzia de grandes monopólios e bancos ligados ao estrangeiro — ao mesmo tempo os trabalhadores das fábricas e dos campos, os empregados, os professores, os funcionários públicos, e também os pequenos comerciantes, industriais e agricultores, arcam com as consequências da inflação, de um enriquecimento da vida nunca visto. As condições económicas do país vão de mal a pior e Portugal atrasa-se cada vez mais.»

«Politicamente é condenado pelo mundo, por um número cada vez maior de governos, mesmo ocidentais na Organização das Nações Unidas, na Organização Internacional do Trabalho, etc. Só os imperialistas americanos, os racistas da África do Sul e da Rodésia, os círculos capitalistas mais reaccionários da OTAN (Pacto do Atlântico) apoiam, mas por vezes sem o quererem mostrar, a política colonial do governo. Em troca o governo tem de ceder bases aéreas e navais aos americanos, ingleses, alemães e franceses nos Açores, em Montijo, em Beja, e oferece mais para o futuro. As fronteiras portuguesas são abertas de par em par à entrada acelerada, sem limites, dos capitais estrangeiros, que exploram a nossa mão-de-obra e as nossas riquezas e dominam o capital nacional. Portugal, do Minho ao Algarve, é cada vez menos português, hipotecado ao estrangeiro em troca de apoios duvidosos à fiação das «provincias ultramarinas» e a uma guerra condenada.»

«As colónias pertencem cada vez mais ao capital internacional, que procura arrancar apressadamente os minérios e outras riquezas. Os soldados portugueses vão matar e morrer para defender os super-lucros dos grandes capitalistas portugueses (CUP, SACOR, Champalimaud, Banco Nacional Ultramarino, etc., etc.) e dos seus «protectores» estrangeiros (KRUPP, DIAMANG, Petrofina, Shell, Pechiney, Sena Sugar Estates, etc., etc.). Ao mesmo tempo os camponeses africanos são expulsos das suas terras e os trabalhadores negros ganham miseravelmente, várias vezes menos do que os trabalhadores em Portugal.»

«Simultaneamente a situação, que se torna cada vez mais difícil, obriga a mudanças demagógicas de nomes e de fachada — em Portugal ou nas colónias, agora chamadas «Estados» e dotadas de «autonomia interna», o que no passado teria sido inconcebível mas de maneira nenhuma altera as rea-

lidades presentes. Na verdade quem realizou as primeiras eleições livres na Guiné-Bissau, no fim de 1972 nas regiões libertadas, foi o PAIGC, enquanto que na ONU os movimentos de libertação das colónias portuguesas eram reconhecidos como representantes autênticos das aspirações das populações dos seus países.»

Estes factos, a situação real e as consequências das guerras coloniais têm sido cuidadosamente escondidos. Tudo o que se lhes refere é censurado. Todos os que não concordam são apodados de traidores. Mas os portugueses reclamam o direito à informação. À verdade, à discussão sobre o que se passa nas colónias.

Allá desde o início os portugueses na sua grande maioria, e em primeiro lugar os trabalhadores e a juventude, não se deixaram arrastar pela propaganda oficial, não mostraram entusiasmo nem deram apoio activo à guerra. Basta lembrar a impopularidade do «imposto de consumo», o fracasso da campanha de horas extraordinárias ou de descontos nos salários, para a guerra, a proibição em certa altura de as famílias irem aos cais de embarque. Se dezenas de milhares de jovens preferem emigrar para o estrangeiro, sem poderem voltar à terra é porque realmente não sentem a guerra, nem o que há a «defender» nas colónias, como sendo deles, como sendo do povo português.

QUEM É O PADRE AFONSO DA COSTA?



«Quem é o Padre Luís Afonso da Costa? É novo ainda. Tem 31 anos de idade. Foi feito padre em 1969. Chegou a Moçambique em Agosto de 1970. Foi forçado a partir no fim de Abril de 1972. Porque?»

O Pe. Luís foi para Moçambique como missionário da Congregação dos Combonianos, que é italiana e manda missionários só para os países do Terceiro Mundo, isto é, as regiões mais pobres e atrasadas. Ao chegar, ele procura conhecer o povo moçambicano que o rodeia e ajudá-lo. Em breve se apercebe da «vida», do sofrimento deste povo. Já não é só a exploração e a opressão, a impossibilidade de se afirmar como um povo livre e independente. Agora, com a guerra, o povo moçambicano sofre também o terror.

Em Abril de 1971 é preso um dos catequistas do Pe. Luís. Este sente o perigo que corre a vida do seu colaborador, o que torna natural o seu protesto. E protesta. Afronta a injustiça, afronta o terror, que fica a conhecer melhor. Também fica a conhecer melhor a reacção de tantos que o rodeiam. Vê que há quem se submeta, se adapte e colabore na injustiça e no terror. Há quem tome uma atitude digna e humana, de defesa da justiça e da verdade.

É por essa altura que é tornada pública e decidida, de 15 de Maio de 1971, dos Padres Brancos, missionários estrangeiros, de saírem de Moçambique (Anexo I). Os outros missionários conhecem as razões poderosas que levam a essa decisão e, nas condições especiais em que se vive em Moçambique, ela toma um grande relevo.

Ora pouco depois os bispos de Moçambique unânimes, a Conferência Episcopal, tornam público um comunicado desaprovando as razões dadas pelos Padres Brancos e na prática apoiando a política do Governo. Esta atitude também se torna esclarecedora para um grupo de missionários do distrito de TETE, sobretudo estrangeiros mais alguns portugueses entre os quais

o Padre Luís Afonso da Costa, levando-os a reagir em sentido contrário. Aproveitam um documento pedindo uma «retratação pública» de vários pontos do comunicado da Conferência Episcopal e «uma condenação pública e oficial da tortura, massacres, rapinas e injustiças, que se praticam no Distrito de Tete e em muitas outras partes de Moçambique». Se não obtivessem resposta, anunciavam a divulgação de uma carta conjunta para breve.

Mas o tempo passou e não houve nenhum comunicado colectivo contra a tortura e os massacres. Já em 1972, o Pe. Luís Afonso da Costa escreve ele próprio uma Carta Aberta ao Conselho de Presbíteros da Diocese de Tete (Anexo II). A seguir um grupo de 40 missionários, dos quais dois são portugueses, o Padre Luís e outro, levanta a voz aproveitando a ida a Moçambique do Nuncio Apostólico (Anexo III).

Não ficou por aí o Padre Luís Afonso da Costa. Agiu com dinamismo e com sinceridade, com coragem também. Tomou notas do que viu. Tirou fotografias. Foi a outros distritos e a Lourenço Marques, recolheu multissimas informações e documentação, contactou outros missionários. Chega a sua vez de ser intimado, ameaçado, interrogado pela polícia política, a Direcção-Geral de Segurança (D.G.S.). Anteriormente já monsenhor Duarte de Almeida tinha sido afastado de Moçambique. Em Janeiro de 1972 tinham sido presos dois padres portugueses, o Pe. Fernando e o Pe. Teles Sampaio, que só há pouco foram julgados e puderam sair em liberdade. Também tinham sido presos dois padres espanhóis, dos Padres de Burgos.

Porém o Padre Luís não recua. Então é «avisado» por mais de uma via: ou se vai embora para Portugal, ou é preso. O objectivo é mantê-lo e calá-lo de uma forma ou de outra.

Ora o Pe. Luís Afonso da Costa faz parte de uma congregação estrangeira com sede em Roma. Perante o dilema que lhe pretendem impôr, a solução que encontra, depois de consultar os colegas e apesar de alguns perigos é a de nem se deixar prender nem ir para Portugal. É a de divulgar o que viu, o que sabe, o que viveu. É o que faz nos jornais na rádio e televisão de vários países da Europa. Em Outubro de 1972, na Bélgica, fala na Segunda Conferência de «Justiça e Paz», a qual adota uma resolução contra a guerra; pela auto-determinação dos povos das colónias, e de solidariedade com o povo português e com os jovens portugueses emigrados, refractários e desertores. Também é ouvido pelo Conselho Mundial das Igrejas e tem data para depor perante uma Comissão de Inquérito da ONU, quando dois jornais de Lisboa — «O Século» (30-10-1972) e a «Epoca» (1-11-1972) — reproduzem uma mentira absurda e sem vergonha, «acusando» o Padre Luís de ter sido «mentor dos guerrilheiros». A mentira só por si mostra como o governo estava preocupado com a divulgação autêntica do que se passa na guerra, e que estava a agir a sua maneira. No dia 20 de Dezembro de 1972 o Padre Luís Afonso da Costa escreve uma carta aberta, pedindo a intervenção do Papa Paulo VI a favor dos povos de Angola, da Guiné- e Cabo Verde e de Moçambique.

«Eis a história do testemunho de um homem que conhecendo a verdade, protestou, foi perseguido, mas não se calou. Ao longo dos anos de guerra tem havido vários depoimentos corajosos, mas o presente é certamente um dos mais impressionantes por ser completo e metódico, exacto até ao pormenor, e pela quantidade e extensão dos crimes horríveis que revela e denuncia. O relato do Padre Luís Afonso da Costa confirma que os massacres, incêndios, torturas, estupro e outras atrocidades sem nome são uma parte não só inevitável, mas integrante, da libertada, da política de terror e de guerra colonial. Os responsáveis desses crimes são em primeiro lugar os altos dirigentes civis e militares dessa política. Os executores destacados da maior parte desses crimes são chefes e agentes policiais, certos altos oficiais e oficiais fascistas e aviadores, certos «comandos» especializados, e outros casos — que não são a maioria — simples soldados que se deixam degenerar

Cont. na pág. 2

PORTUGAL DEMOCRÁTICO - DR. SP

CRIMES E TORTURAS EM MOÇAMBIQUE

Continuação da pág. 1

e perverter moralmente a um ponto muito grave.

Estas revelações põem um problema muito sério e urgente a todos os portugueses. Não é só um problema político. Estão em causa os mais elementares princípios de humanidade. Podemos nós — homens, mulheres e jovens de Portugal — se queremos que nos continuem a considerar como seres humanos, saber que tais crimes são cometidos em nosso nome, em nome do nosso país, sem encontrarmos formas de exprimir a nossa condenação, de protestar, de agir? Nesse aspecto a história desta publicação é também um exemplo. O padre Luís não se limitou a ficar dentro da sua igreja, lamentando o que se passava. Saiu e agiu, procurou outros homens e actuou juntamente com eles. Desta maneira o seu testemunho foi conhecido de círculos mais largos, até que houve quem tivesse a ideia de se fazer uma publicação. Outros concordaram, colaboraram, cotizaram-se, angariaram dinheiro ou emprestaram-no. Outros um grupo de portugueses com ideias diferentes: uns da esquerda outros não, uns ateus outros católicos, nem todos temos actividade política. Mas sentimos a necessidade de congregar esforços para levar a cabo esta acção, que consideramos moral e patriótica, de divulgação da verdade, pelo fim da guerra colonial, pela Justiça e pela Paz.

«O Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, e os outros dirigentes dos movimentos de libertação têm dito repetidas vezes que não é contra o povo português que os povos das colónias querem lutar. A Paz é possível, se também nós em Portugal lutamos por ela unidos! O ano de 1973 já viu uma grande vitória do povo Vietnamita, que obrigou a principal potência imperialista mundial, os Estados Unidos da América, a retirar as suas tropas e a reconhecer o direito do Vietname à auto-determinação e à independência! Fazemos votos ardentes de que essa hora chegue em breve para os povos de Moçambique, Angola, da Guiné e Cabo Verde, e para o nosso povo, para o povo de Portugal.»

O DEPOIMENTO

Primeiro massacre em Mucumbura 26 MORTOS

No dia 27 de Abril de 1971, perto do rio Mucumbura, uma mina e accionada por um carro que transporta soldados da tropa rodesiana. Morrem 3 e 2 ficam feridos.

As represálias da tropa portuguesa em relação à população fazem-se sentir rapidamente. No dia 4 de Maio apanham dois machambeiros africanos, torturando-os fisicamente para que confessassem quais as relações que eles têm com a Frelimo. Afirmaram tê-los visto algumas vezes e um deles confessou que o seu filho tinha fugido para a Frelimo. Dormiram no mató reles da tropa. No dia seguinte um deles é obrigado a declarar que um outro da mesma povoação, chamado Aroni, tinha também um sobrinho na Frelimo. Este último é apanhado pela tropa, o qual nega ter contactado e visto os guerrilheiros. A tropa e o agente da D.G.S. castigaram-no duramente, e só depois dele saber que os outros o tinham acusado, confessa que o seu sobrinho tinha ido para a Frelimo. É morto logo a seguir com três tiros na cabeça. Isto para amedrontar toda a povoação para que nunca mais negassem nada. O agente da D.G.S. afirmou: «uma morte a tempo pode salvar muitas vidas». Este cadáver foi enterrado muito mal pela tropa no lugar onde o abateram. As três mulheres do Aroni e alguns homens de Changwa foram no dia seguinte muito cedo e levaram o cadáver para casa a fim de realizar o funeral. Quando já o tinham na palhota chegou o boato de que os soldados vinham a caminho para acabar com toda a povoação de Changwa. As mulheres deixaram o cadáver fechado dentro da palhota e fugiram para longe. Este cadáver foi sepultado três dias mais tarde pelos Padres da Missão, pois toda a gente da povoação tinha fugido para o mató apavorada. A próprias mulheres do defunto Aroni indicaram aos missionários a machamba e o lugar onde tinha sido mal enterrado pela tropa o cadáver do marido.

No dia 7 de Maio a tropa portuguesa mata 14 pessoas — machambeiros — em Kapinga e Catacha. Os seus no-

mes são: Guidibo, Miriamo, Grizi, Zeze Tapureta, Caporora, Fungurane, Pitroce Malzi, Matias, Kenete, Diquissoni, Langisse e Jona. Nestas povoações ficaram poucos homens com vida.

Quando lá chegaram os Missionários não encontraram ninguém. As povoações estavam totalmente abandonadas; galinhas, cabritos, bois, porcos, ... andavam por lá à solta. As mulheres e os filhos dos 14 mortos tinham fugido no dia do massacre. As pessoas da povoação vizinha — Mahanda — disseram os nomes das vítimas. Uma testemunha ocular, que conseguiu fugir às três da manhã, enquanto a sentinela dormia, contou absolutamente tudo o que tinha acontecido. Ele próprio tinha feito algumas covas onde tinham sido enterrados os mortos de Kapinga. Foram feitas duas covas em Kapinga e uma em Catacha. Os Padres viram uma delas situada perto do rio Dak. O homem que acompanhou os Missionários disse os nomes dos quatro ou cinco que se encontravam ali enterrados, pois reconheceram os farrapos e as camisas que se encontravam por ali espalhados. Como a cova não fosse muito profunda, sala dela um cheiro de carne em putrefacção. A seis metros da cova encontravam uma cabeça, ossos das costelas, das pernas e bocados dos dedos das mãos. Alguns homens da povoação disseram-nos que eles pensavam que os homens ali enterrados tinham sido mortos não a tiro, mas sim à paulada. Mostraram aos missionários uns paus que se encontravam no local com os quais devem ter abatido as vítimas. Esta suposição foi confirmada pelas seguintes palavras de um africano informador da tropa que nessa ocasião a acompanhou: «Matámos muitos homens. Eu próprio lhes dei pancadas e os escavaquei com o machado.»

Não obstante o agente da D.G.S. ter dito aos missionários que eles não tinham chegado aqueles lugares de Mahanda e Kapinga, eles tinham encontrado uma boa quantidade de latas vazias das rações de combate a cerca de 20 metros da cova de que se fala. As poucas pessoas que ficaram sabem muito bem o que aconteceu e o sabem com muita riqueza de pormenores: os lugares das covas, os nomes dos mortos, ...

No mesmo dia 7 de Maio, a tropa mata 7 pessoas em Mahanda. Os seus nomes são: Chimuchamu (tinha mulher e 4 filhos), Ringuitoni (uma mulher e 6 filhos), Joane (uma mulher e 4 filhos), Pensura (uma mulher e 4 filhos), Wacheni (uma mulher e 6 filhos), Gomo (uma mulher e um filho) Sanhadza Saimoni (uma mulher e 4 filhos). A esposa de uma das vítimas foi quem forneceu os nomes aos missionários. Tudo isto confirmaram também várias pessoas que se encontravam no mató e uma testemunha ocular que ajudou a fazer as covas. Esta testemunha tinha sido posta em liberdade por não conhecer nada a situação, pois tinha regressado de Salisbury naquele mesmo dia.

No dia 8 de Maio, a tropa mata mais 4 pessoas junto da loja do Sr. Gabriel na povoação do Antonio. Um dos mortos era o fumo local, o qual tinha já sido avisado pela Frelimo por os ter acusado ao administrador. Os cadáveres tinham ficado sem sepultura, pois toda a gente tinha fugido com medo de que viesse a tropa e os encontrasse nesse trabalho. No domingo, dia 9, quando os Padres foram celebrar a missa, como de costume, ao Antonio, não encontraram ninguém na dita povoação. Sómente depois de muito esperar é que um homem se fez à frente e lhes contou tudo. Os missionários correram logo para a loja e com a ajuda de alguns homens que se foram aproximando deram a sepultura aos cadáveres. Os nomes dos mortos são: Januário (fumo). Charedzera, Kaswaswaira e Chirega (este último vinha das suas longínquas terras de Dak para comprar roupa na Rodésia e foi detido pela tropa). Um morreu com três tiros na cabeça, outro tinha-os recebido no peito, o terceiro tinha a cabeça totalmente desfeita e o último tinha o ventre todo de fora.

Tenha-se presente que todos os 26 mortos são machambeiros e gente das povoações. Alguns deles já tinham netos.

Conversas dos Padres com as autoridades de Mucumbura.

Com o agente da D.G.S. Os Padres disseram-lhe que a gente das povoações não era culpada, mesmo que tivesse dado farinha aos guerrilheiros pois o

tinha feito por estar totalmente desprotegida por parte da tropa e das autoridades. Além disso a mentalidade portuguesa que eles tinham recebido durante um ano era a que o Sr. Administrador Campos de Carvalho lhes tinha dado, mantendo-os num regime de medo, para não se dizer terror. Por estas razões os missionários disseram que este massacre, feito pela tropa e pela D.G.S. tinha sido desumano, cruel e contrário a todos os direitos do Homem.

Frases do agente da D.G.S. na primeira conversa com os Padres, depois da morte do Aroni: «Um terrorismo deve-se combater com outro terrorismo. Se os Srs. Padres não têm estômago para ver estas coisas o melhor que podem fazer é sair de Mucumbura. Na guerra de guerrilhas não há julgamentos; uma morte a tempo pode salvar muitas vidas. Ouçam-me os amigos e não se metam em política; agora é que os Padres começarão a ouvir as queixas dos africanos pois as nossas medidas serão duras e drásticas. Esta zona está mentalizadíssima pela Frelimo. Os direitos do homem admitidos por Portugal na O.N.U., dos quais os Srs. Padres estão a falar-me, são «books» e aqui não estamos para books».

Com o Sr. Capitão da companhia local. Este disse para os Padres: «Acreditam, não tenho notícia alguma da morte desse tal Aroni. Podem perguntar ao agente da D.G.S., mas pensem também nos cinco homens da minha companhia que morreram queimados pela primeira mina e nos três rodesianos da segunda mina.»

Os Padres responderam que uma injustiça não se pode pagar com outra injustiça e que era obrigação julgar e não matar as pessoas daquela maneira. E respondeu: «As povoações são culpadas porque elas são para o terrorismo como a água para o peixe.»

Duma tal irase os Padres concluíram que a tropa pretende acabar com a água — as povoações — para que morra o peixe.

Estas conversas foram tidas depois da primeira morte. No dia 9 de Maio depois de ter enterrado os quatro mortos do Antonio, os Padres voltaram a falar com o Sr. Capitão e com o agente da D.G.S. Este último (supeem os Padres que motivado pela entrevista tida com o seu superior, o Sr. Inspector de Tete, naquele mesmo dia) reconheceu que as respostas dadas na conversa anterior foram fruto do seu estado de nervos. Quis justificar as mortes realizadas no António, afirmando que aqueles homens foram mortos por tentar fugir durante uma emboscada preparada pela Frelimo, segundo ele afirmou, na loja do Sr. Gabriel. No entanto os Missionários por meio de numerosas testemunhas sabem que isto não era certo. A emboscada tinha tido lugar a uns três ou quatro quilómetros da loja. Quando os seis soldados e o agente da D.G.S. que tinham ficado na loja para guardar os prisioneiros ouviram o tiro, começaram a disparar matando os quatro prisioneiros.

Aqui fala-se somente das mortes acontecidas. Todavia é desumano e bárbaro o trato que tem dado aos nativos, torturas etc., com o fim de lhes arrancar qualquer coisa sobre a Frelimo. Confirma este sistema a seguinte irase de um agente da D.G.S.: «O prete só fala à força de pancadas.»

Todas as pessoas de Changwa, Zambeze, Moteriso, António, Mananda, Kapinga e Catacha fugiram para o mató ou para a Rodésia. As machambas ainda por coizer são pastagem de bois e cabritos. O povo logo ce mãos vazias para salvar a vida. As povoações de Caponda e Canhembamba já não existem. Todos os homens que tinham voltado à povoação de Canhembamba depois da primeira fuga foram nestes dias levados para Magué. Chegou a tropa durante a noite e levou-os. Não se sabe nada de Dak, pois a estrada é um perigo constante por causa das minas.

No dia 7 de Junho, chega a Mucumbura um brigadeiro, membro do tribunal de Justiça em Moçambique, enviado pelo General Kaulza de Arriaga, Comandante-Chefe das forças armadas em

Moçambique, para esclarecer a situação.

Este enviado pediu uma entrevista aos Padres da Missão. Esta durou cerca de duas horas, mas em síntese podemos dizer o conteúdo em poucas palavras. O Sr. Brigadeiro começou por afirmar: «Se o senhores Padres chegaram ao lugar das mortes no dia seguinte, isto é, no domingo dia 9 de Maio, já não posso acreditar no que os Senhores dizem pois a vossa informação provém dos pretos e estes são, por natureza, mentirosos e aldrabões. Se querem que lhes diga o que penso, até é muito provável que a Frelimo durante aquela noite de sábado para domingo tenha feito aquele massacre para inculpar a tropa perante as povoações. A uma tal lógica os Padres responderam: «Sr. Brigadeiro, as suas afirmações destroem a lógica mais elementar. Podem os da Frelimo matar os próprios irmãos se, segundo as suas suposições, este povo há mais ou menos sete anos que está a fornecer viveres a eles?». A isto retorquiu: «O senhores Padres, para eles não há irmãos. Vocês sabem muito bem que ainda há entre os pretos tribos antropófagas. Para nos fazer mal e destruir o prestígio da tropa eles são capazes de tudo.»

Neste fio de conversa, os Missionários compreenderam que era melhor convidar o Sr. Brigadeiro para que fosse pessoalmente aos lugares do massacre, para ver com os próprios olhos tudo o que os Padres acabavam de descrever. Talvez porque isto era muito incómodo, partiu pouco depois para «vampua, lembrando-se de recomendar, antes de sair, aos Padres, que não gastassem as suas energias em assuntos policiais, mas que as reservassem para a pregação do Evangelho, imitando a Cristo que nunca foi um homem político. Deu ainda outras lições aos Padres sobre o Evangelho e os Cursos de Cristandade.

Mais vítimas inocentes 4 HOMENS E UMA CRIANÇA

No mês de Julho, a tropa mata na Estima o fumo Therere, do Posto de Marara.

Nos fins do mesmo mês, foram mortos na Chicos: Augusto Fone Chirenje e Luciano Clemente, ambos de Chinhanda (Estima).

Mayombe, 23 de Agosto de 1971.

Numa machamba perto da povoação encontrava-se uma velha de nome Vēja que esperava o seu genro, fumo Patrio, para que ele lhe levasse a mapira para o aldeamento da Chimiza. Antes do fumo chegou a O.P.V., que perguntou à velha de quem era a mapira. Respondeu que era sua e que esperava pelo seu genro. Quando este chegou fizeram-lhe a mesma pergunta. Mostrou os documentos e a autorização que o guarda do aldeamento de Chocote lhe tinha passado, pois ele encontrava-se no dito aldeamento. Rasgaram-lhe os documentos e começaram a dizer-lhe que era turra. Depois começou a agonia do fumo Patrio. Acabaram-lhe com a vida à força de pancadas.

Inhamajela, 26 de Agosto de 1971.

Ao ver os comandos que chegavam à aldeia, uma criança de cerca de 10 anos de nome António e filho da senhora Neti, procurou fugir mas foi atingida pelas oas da metralhadora. A tropa correu logo, procurou pôr-lhe alguns pensos e em seguida — porque estava já morto — enterrou-o no leito seco de um rio que se encontrava a cerca de 5 metros do local onde o mataram.

O seu corpo foi encontrado no dia seguinte à tarde pela gente da povoação que o enrolou numa esteira e colocou em cima de uma árvore como fazem com os leprosos. (Fot. 4.). Fizera isto — assim o disseram — para que todos pudessem ver o crime e não os tomassem por mentirosos.

Novo massacre em Mucumbura MAIS 18 MORTOS

No dia 1 de Setembro, numerosos soldados rodesianos transportados em helicóptero entram em Moçambique, tendo ficado por cá cerca de uma semana. Perilustraram os regulados de Karopora e Buxo.

No dia 3 matam três rapazes: Jacob, filho de Zenda, Sanfuri, filho de Aroni, e Paulo, filho de Zirise. Todos eles se encontravam no mató à caça de passarinhos. Um encontrava-se deitado à sombra de uma árvore, com a cabeça apoiada por cima de uma pedra e com a camisa a fazer de almofada. Foi morto nesta posição. Safuri e Paulo tinham doze anos. Da sua sepultura encarregou-se a família de cada um. Jacob tinha 18 anos. Como não tivesse morrido imediatamente, foi levado de helicóptero para o hospital rodesiano de Chironda, onde faleceu pouco depois. Todos os três pertenciam à povoação de Deveteve.

Neste mesmo dia mataram o Pini, cabo-terra do antigo Régulo Buxo. O seu cadáver foi transportado de helicóptero para Mucumbura pela tropa rodesiana. Ao anoitecer mataram um certo David, filho de um tal Jorge. Regressava a casa com o gado quando uma rajada de metralhadora lhe tirou a vida. Arrastaram-no em seguida para um monte, onde lhe cortaram as mãos e os pés. Somente no dia 7 a gente da povoação encontrou o seu cadáver, dando-lhe logo sepultura. Deixou mulher e quatro filhos, tendo o mais velho apenas 6 anos.

No dia 5, os rodesianos chegam à povoação de Singa. Prendem três dos filhos e mandam o velho buscar o resto da família que se encontra no mató. Regressavam a casa juntos quando as metralhadoras mataram: o velho Singa, seu filho Adamo de 10 anos, sua filha Rónica que se encontrava grávida Matiguri, Retina e Ester. Estas últimas eram noras do Singa. Mataram ainda dois bebés: um de Matiguri e outro de Ester.

Depois de mortos todos estes, queimaram os cadáveres. No entanto quando os Missionários lá chegaram uma semana depois, acompanhados por dois rapazes que conseguiram fugir, encontraram esqueletos e pedaços de carne. De regresso passaram pela povoação de Singa onde encontraram a viúva a quem saudaram. Ela respondeu à saudação com as seguintes palavras: «Estou sozinha, estou sozinha! — Sozinha com 11 netinhos, filhos de Matiguri, Retina e Ester. O mais velho tem apenas 9 anos.»

Nesta mesma povoação do Singa feriram ainda a Tingué de 11 anos e filha do Singa. Levaram-na no dia seguinte não se sabe para que hospital.

Do dia 1 ao 7 de Setembro foram transportados em helicóptero ao Posto de Mucumbura alguns mortos e alguns feridos. Tem-se a certeza de 3 cadáveres um de uma menina de cerca de 10 anos e dois de dois rapazes com idade entre 12 e 14 anos. Havia mais dois cadáveres.

De todos estes não foi possível obter pormenores pois a tropa rodesiana operou numa vasta zona, sendo impossível aos Missionários obter outros particulares.

Apurou-se também que foram levadas presas cerca de 12 pessoas para serem interrogadas.

(Missionários obrigados a assistir a outro massacre. Tinham protestado por ocasião do primeiro, pedindo justiça ao Senhor Bispo e às autoridades civis na esperança de evitar outros. Assistimos ao segundo. Não se teve ainda uma condenação do primeiro. O público ignora-o. A Igreja parece lavar-se as mãos. Estas vítimas inocentes interrogam-na. Que resposta lhes dará?)

Inhacamba, 14-IX-71 DUAS MORTES

No cruzamento da picada que vai de Muchamba para Inhacamba com a que vem do fumo Kaliwafa, deu-se no dia 14 de Setembro, pelas 7 horas da manhã, um encontro entre os guerrilheiros e a tropa. Nele perderam a vida duas pessoas.

Sande Dausse, 15 anos de idade e filho de um certo Dausse (cego), tinha sido obrigado a acompanhar a tropa e a fazer-lhe de guia. O seu corpo foi sepultado no dia seguinte pela própria família. Morreu em combate um guerrilheiro misto mom altura apro-

Continua na pág. 3



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 255 (GALERIA CALIFÓRNIA),
11.º andar, conj. 1.107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos — Desquites e anulação de casamento — Naturalizações — Protestos e cancelamento de protestos — Contratos, renovação de contratos e ações de despejo — Falências e concordatas.

R. Boa Vista, 84, 7.º andar, salas 701 a 704 — telefone 34-7064
S. PAULO

MOÇAMBIQUE...

Conclusão da pág. 2

dimada de 1,85 m e um peso aproximado de 90 kg.

A cabeça deste homem foi escavada, nada mais ficando do que o cabelo com a pele agarrada. A garganta foi esfaqueada. Cortaram-lhe uma orelha. Nem o próprio sexo lhe respeitaram! No local da cabeça puseram-lhe terra e espetaram-lhe um ramo de mbaya enfiado no braço direito deixaram o seguinte bilhete:

«O resultado da vossa emboscada: 1 morto e 1 arma. Isto não é merda; são os comandos Metam-se novamente connosco»

O seu cadáver foi enterrado por dois Padres da missão da Marara, uma irmã e por dois cristãos que os ajudaram. Também na missão de Mucumbura, depois de um dos massacres, mataram um guerrilheiro. Puseram-no em cima do carro e levaram-no para o acampamento. Ligaram-no a um cabo de aço e arrastaram-no em seguida passando pela Missão, buzinando para que os Padres, irmãs e crianças do internato pudessem ver o trofeu e a preza da tropa portuguesa).

A tropa passa por Machedwa EM MORTE, TORTURAS, ROUBOS ETC

No dia 22 de Setembro de 1971, um Padre Missionário da Missão de Moatize dirigiu-se com um seu catequista à povoação de Machedwa que se encontra nas redondezas de Catene onde alguns dias antes, precisamente no dia 13, uma mina fizera saltar uma ponte da linha férrea.

A primeira impressão que ambos tiveram foi de uma completa desolação. Não encontravam alma viva com quem falar e a quem pedir informações. Depois de uma hora a pé pelo mato, conseguiram encontrar uma mulher e 4 crianças. Esta disse-lhes que conheciam mais um pouco, pois encontrariam alguém capaz de os informar. Mais adiante encontraram três mulheres e oito crianças. Estas olhavam para os dois com um ar hostil e desconfiado. A sorte foi encontrar-se no meio delas duas raparigas da escola de Kanchoere que reconheceram o Padre e romperam o gelo. Mandaram logo chamar o chefe da povoação que apareceu com o seu ajudante. Indicou-lhes a casa de um certo Kafunde Esteva, conhecido por Ropias Escova, que tinha sido torturado pela tropa. Foi assim que se conseguiu saber a história.

No dia 16 de Setembro chegaram à povoação cerca de 60 soldados vindos do quartel de Moatize. Logo que chegaram, pediram comida que lhes foi dada. Não havia outro remédio. Ao aceder iniciaram a revista às casas, roubando o que lhes apeteceu. No dia seguinte regressam para prenderem alguns homens de Machedwa, obrigando-os a ir a pé até Catene, que fica a cerca de 30 km. Chegados que foram ao local, bateram um por um até jorrar sangue. Ao todo deveriam ser cerca de 40 homens que foram torturados. Entre eles encontrava-se um certo Passagem Vinho, a quem tinham roubado cerca de 2.000\$00. Como não quisesses perder o dinheiro, quando a tropa lhe embora, seguiu-a, continuando a gritar que queria o seu dinheiro. Como a voz da justiça fosse demasiado modesta, a tropa achou por coisa boa matar-lhe com a vida de uma vez para sempre. Abateram-no a tiro e puseram o seu cadáver debaixo de um aqueduto da linha férrea. Cinco dias mais tarde passou por ali uma criança que descobriu o cadáver e o reconheceu. Trouxe logo Augusto Roia, sobrinho da vítima, que deu logo sepultura ao corpo do tio.

A única pergunta que a tropa tinha feito aos presos foi: quem fez saltar

a ponte do caminho de ferro? Ninguém respondeu, pois se encontravam a mais de 30 km do local do incidente. A gente contou ainda que 20 soldados se serviram durante dois dias e duas noites de uma mulher que se encontrava grávida. Foi obrigada a fazer este serviço para salvar a pele.

«Todo o que ande no mato é turra» A MORTE DE UM LEPROSO

Arovogado Chabwezeka, de idade entre os 40 e 45 anos, leproso (sem os dedos de um pé), dirigia-se no dia 20 de Setembro de 1971 de Inhaticoma para Inhaticoma, com o fim de ir procurar o gado do seu irmão Kutsansaluka, o qual uma semana antes tinha sido preso pelos comandos da Estima juntamente com outras pessoas.

Um grupo de comandos dirigia-se de Inhaticoma para Inhacamba. Apenas deixou a povoação preferiu infiltrar-se no mato. Ao verem um homem de pau na mão e a caminhar em direcção de Inhaticoma, dispararam, tendo o caminhar caído redondamente. «Todo o que ande no mato é turra» — diz-se por estes lados nos círculos militares.

A tropa correu logo para levar a arma e outros segredos que o turra abatido deveria ter. Ao ver que a sua arma era um cajado e os seus documentos a lepra, que já lhe tinha devorado os dedos de um pé, arrastaram-no cerca de 15 a 20 metros para dentro do mato, pois tinha caído morto no carril. Continuaram a operação, matando dois cabritos em Inhacamba. Um reconfortou-lhes as forças, o outro ficou para a hiena.

No dia 22, a mulher de Bwankhonde, leprosa, saiu de casa e começou a sentir um cheiro de carne em putrefacção. Aproximou-se e viu o cadáver de Arovogado. Correu logo a chamar o marido. Foi assim que se veio a ter conhecimento da morte de Arovogado.

Mais um inocente que nos faz um processo. Mais um que se junta às centenas que já foram truncados à existência e que ainda não ouviram a voz da Igreja Moçambicana. Este viu unicamente a presença de dois Padres da Missão da Marara e de uma irmã, que foram participar no luto familiar, fazer justiça com a sua presença, ajoelhando com cristãos e gentios ao pé da campa do irmão Arovogado. Da casa do Sr. Rocha ao local devem ser uns 200 metros. Percorremo-los em silêncio. Era uma confissão pública que os responsáveis directos pela evangelização da Missão de Marara faziam pelo silêncio que reina nas esferas da Hierarquia: até quando teremos jantares de convívio entre os assassinos e os depositários do Evangelho?

Maria Nota irmã do morto, com a sua faixa de luto em volta da cabeça (Fot. 5), continuará a fazer-nos o processo e a reclamar justiça.

Continua no próx. número

TULIPA VERMELHA

Onde quer que viva, se o seu problema é:

- assinar jornais e revistas unitárias em língua portuguesa,
- obter livros portugueses e brasileiros de estudo, cultura geral ou recreio, escreva-nos:

Tulipa Vermelha — Postbus 12039, Amsterdam — Holland

“O VINHO PARA O PRETO”

O colonialismo é um sistema de relações. Mas, ao contrário de outros sistemas, que só podem ser caracterizados e compreendidos a partir de um conjunto de relações essenciais, o colonialismo oferece a possibilidade de se definir, às vezes, por uma única relação, nem sequer essencial.

Uma boa demonstração disso é o livro **O Vinho para o Preto** recentemente lançado pela Afrontamento-Porto, obra de José Capela e edição de José Soares Martins, do qual publicamos abaixo alguns significativos excertos. Neste novo livro o autor volta a afirmar-se como um pesquisador metódico, e notavelmente apto para apreender e interpretar os aspectos mais significativos das relações metrópole-colónia e seus múltiplos desdobramentos, mormente quando a colónia em pauta for Moçambique.

O vinho, assunto de muitos tratos e discussões entre administradores coloniais e comerciantes, mas pouco apercebido pela opinião pública, é elemento sobre o qual assenta uma daquelas relações simples e não essenciais e que apesar disso contém em si todos os significados do Colonialismo. Nas palavras, do autor «o caso do vinho, do vinho para o preto, designação do final do século XIX, típica, por amostragem, mas claramente, toda uma situação global de relações económicas».

Além da importante contribuição que nos tras para a compreensão da essência do fenómeno colonial, o livro de José Capela é oportuno por nos lembrar que o colonialismo é um longo processo com dinâmica própria e independente da natureza dos regimes políticos. Se existe um alto grau de dependência, atualmente, entre os destinos do regime ditatorial fascista e do colonialismo português, devemos tirar disso as necessárias consequências para a acção política. Porém, não esqueçamos que essa dependência mútua não passa de mera contingência histórica. Teremos de os combater a ambos não pela razão oportunista de que um sustenta o outro e vice-versa, mas porque se trata de duas realidades nefastas e incompatíveis com a dignidade humana.

J. Q.

Colonialismo 1890

«(...) o comércio europeu, que não é agente de poderosas indústrias, vive de torcimentos ao Estado, de vendas fiadas aos funcionários públicos e da paixão do negro pelo álcool. É um comércio de latas de sardinhas e copos de mata-bicho, quando o não anima alguma obra pública que requirite materiais a rodo, uma expedição ao interior ou a guerra cafre, que consuma mantimentos e fazendas sem olhar a preços. A paz, a ordem, a economia na administração paralisam, pois, o movimento comercial da Província, o que explica muitas anomalias aparentes do seu viver social. E se com estas causas de ruína se somasse de improviso uma conversão dos indígenas às doutrinas da sociedade de temperança, deixando, portanto, o cajueiro de ser o símbolo da riqueza agrícola, e de se medir a opulência comercial a garrafas de aguardente, só ficariam Moçambique a bem dizer, os mouros e os baenanes, perseverantes e famintos como faquires, juntando os tesouros das mil e uma noites semente a semente de amendoina.

(...) O pessoal da Companhia de Moçambique entrou na Beira, levando por bagagens umas poucas de toneladas de álcool, que pagaram mais de 5 000\$000 réis de direitos; esta verba foi a primeira que a Companhia inscreveu no seu livro de receita. Desses centenas de colonos do Porto e de Lisboa que em 1891 foram mandados a granel para a África Oriental, os raros que mostraram ter alguma iniciativa para ganhar a vida estabeleceram tabernas. A bitola do movimento comercial é a importação dos líquidos inebriantes. O ano é bom ou mau para a agricultura conforme a nasçença e o sazonalmento do cajú. A maior calamidade que ainda pesou sobre Lourenço Marques não foi tal a redução das despesas de obras públicas, foi a paralização das vendas de álcool em Gaza. (Relatório de António Enes ao Governo)»

Colonialismo 1910

«(...) O principal interesse dos indígenas é que lhes não vendam álcool. Admitimos, porém, como já disse, o princípio de deixarmos ir bebendo, para desse vício tirarmos o melhor partido. Ora o preto o que quer é beber o máximo possível; habitua-se ao álcool e ao vinho, e habitua-se a toda a espécie de bebidas. E, quando em contacto com o branco, vai preferindo as bebidas deste às que ele próprio fabrica; tanto mais que, assim, evita o trabalho (geralmente entregue às mulheres) de as fabricar e, sobretudo, de ter que esperar a época da fabricação, que corresponde à do amadurecimento de certas frutas.

Mas, além do vinho, tem o preto

multas bebidas de que gosta e que, à falta daquela, o podem satisfazer; e fabrica-as em grande escala, aproveitando todas as frutas indígenas, que destila clandestinamente. A fabricação clandestina, que é enorme, se é de vantagem para a bolsa do indígena, é péssima para os interesses dos produtores da Metrópole, para os dos exportadores e importadores e até para os da Fazenda Nacional. Só pode ser reprimida por uma fiscalização enérgica que necessitará da organização de um corpo especial de fiscalização que será dispendioso, auxiliado pela limitação do número de licenças ou pela concessão por áreas, por isso que, como já disse, os concessionários das licenças auxiliarão a fiscalização. (Relatório de Freire de Andrade, governador-geral de Moçambique)».

«(...) O principal artigo com que o comércio português mercadeja é o vinho, e em especial o vinho cafreal. Está líquido, que arruína a saúde do indígena, a economia do distrito e o desenvolvimento vinícola da metrópole, é importado em enormes quantidades, falsificado, sobrecarregado de uma porção considerável de álcool, tendo, finalmente, de vinho, só o nome. (Ofício da Associação Comercial de Lourenço Marques a Freire de Andrade, governador-geral)».

Colonialismo 1920

«(...) Não deixamos embriagar o indígena com álcool importado, reprimindo-lhe severamente o seu fabrico, partimos e despedaçamos os seus alambiques, mas inundamos o distrito com ondas de sópe, de sura, de cajú, etc. etc., onde ele pode apagar a sua sede de álcool e com que sustentar o seu vício e cavar a sua miséria e degradação da sua raça.

Não há limite para a bebedeira. Quanto mais bebem mais avultadas serão as receitas da Comissão de Fomento e mais depressa enriquecerão os fabricantes da ignóbil mixórdia, que outro fim não têm, e cuja mentalidade é muito rudimentar para que possam medir o mal que fazem e as consequências do seu repugnante comércio.

O futuro da raça negra, o futuro do distrito, que lhes importa a eles? O que os seus olhos lhes mostram é o fácil caminho para juntar algumas centenas de libras; o resto para eles não existe.

(Relatório de Carvalho Araujo referente à Administração do distrito de Inhambane)».

Colonialismo 1970

a) Carta de A.T., 22 anos, natural de Machedwa, à Redacção da «Voz Africana»

A decisão que me levou a escrever esta missiva, foi a seguinte. Certo dia na área da Chipangara ao pantano ou Chipangara Matepe, um homem de cor negra que trouxera da sua terra 5 litros de sura que não era para venda mas sim para ele beber de quando em quando que precisasse. Assim que chegou o homem, tirou um litro para o irmão que mora pouco distante. Quando pelo caminho dirigia-se para casa, encontrou com a polícia, que lhe perguntou donde tinha comprado a bebida. O pobre homem preto disse-lhe que tinha dado por irmão que trouxera da minha terra 5 litros para bebermos no tempo de almoço ou de jantar. E a polícia ordenou ao homem voltar para traz mostrar a casa onde foi dado. Quando chegaram, a polícia entrou logo para dentro da casa a observar se havia mais além daqueles 5 litros com sura que tinha visto na sala quando logo entrou. Infelizmente não houve além daquela quantidade. Depois mandou aquele homem que trouxe aqueles 5 litros por fora o garrafão juntamente com o litro que já tinha dado ao irmão. Por fim mandou levar uma tábuca que estava encostada a casa para partir aqueles garrações. O homem, além dos sofrimentos de pesos que por onde trouxe lhe fartou, levou a tábuca conforme a ardem e partiu. A polícia no fim de tudo começou a bater os dois irmãos até que sangraram. Amigos leitores tiram a conclusão deste facto e respondam-me se isto está certo.

(Transcrito do livro Moçambique pelo seu Povo, de J. Capela).

b) Nota no «Diário de Moçambique» de 15-9-65

«Ainda ontem o cais do porto da Beira era um mar de vinho; o navio despejou para ali centenas de barris cheios que constituíram, sem sombra de dúvida, uma das mais altas percentagens da sua carga total. É uma imagem que se repete muitas vezes ao ano, que verdadeiramente se repete em quase todos os dias em que há barco vindo de Lisboa

Deserções nas Forças Armadas

Nos últimos meses, a oposição à guerra colonial assumiu grandes proporções no seio das Forças Armadas portuguesas. Em Portugal, Angola e Moçambique tornaram-se frequentes os movimentos de indisciplina nos quartéis. Simultaneamente, regista-se um aumento sensível de deserções. Na própria Marinha, considerada a Armá mais segura, observa-se um mal-estar crescente. Embora a censura tenha proibido a publicação de notícias e comentários sobre deserções de oficiais que pediram asilo à Suécia, o acontecimento continua sendo discutido em todos os navios da Armada.

O Alto Comando das Forças Armadas mostra-se especialmente preocupado com a receptividade que alcançou um documento amplamente distribuído nas casernas de Angola e Moçambique: «Os abaixo-assinados, oficiais e sargentos do Quadro de Complemento em prestação de serviço no ultramar manifestam a sua discordância com a realização do Congresso de Combatentes, não reconhecendo qualquer representatividade aos elementos presentes no mesmo, não se identificando com as conclusões dele emanadas. E' ao povo português, em clima de absoluta liberdade, que cabe o direito de discutir e decidir sobre os problemas levantados à Nação pela questão ultramarina». «In Jornal do Bairro» 28-11-73.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva
R: do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S. W 8

BELGICA: Antonio Casanova 35, rua Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgique

HOLANDA: TULIPA VERMELHA — Post-bus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association P.O. Box 72.

WESTON-ONTÁRIO VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad. -Jindřická UL, C: 14 Scharánka 646 — Praha 1 FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Libero Badaró n.º 488 5.º and. - s/50 - F. 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 hs. Assinatura para o exterior US\$ 8,00

Composto e Impresso: Sociedade Imprensa Pannartz Ltda.

Rua Almeida Torres n.º 119 Prédio IV - Aclimação - SP

ANO XVIII N.º 183 JANEIRO DE 1974

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

Edições Portuguesas

- A QUESTÃO AGRÁRIA EM PORTUGAL... Alvaro Cunhal
- TESES E DOCUMENTOS DO CONGRESSO DE AVEIRO (DEIAS POLITICAS E SOCIAIS DE ALEXANDRE HERCULANO de Barradas de Carvalho
- PAGINAS ESCOLHIDAS DE CRÍTICA E DE ESTÉTICA, de Fernando Lopes Graça
- EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA — Armando de Castro
- EVANGELHO E PROBLEMATICA SOCIAL — D. Antonio Fragoso
- NOVELA E O LEITOR PORTUGUÊS — José Tengarrinha
- FERNANDO PESSOA POETA DA HORA ABSURDA — Mario Sacramento
- COMO FAZER VERSOS — Vladimir Malakovski
- HISTÓRIAS DO ZAIRE — Alexandre Cabral

pedidos à nossa Redacção

PEQUENAS NOTÍCIAS

* Dom Augusto Cesar, bispo de Tete na época em que ocorreram os massacres de Wiriyamu. Chawola e outras aldeias da região, e que, apesar de estar perfeitamente informado sobre tais acontecimentos, se recusou a prestar qualquer colaboração aos reporteres internacionais que fizeram investigações sobre o assunto alegando que «falar seria uma atitude política», não hesitou, no entanto, em fazer tudo o que pode para forçar o padre espanhol José Sangalo a entregar à PIDE o garoto António, sobrevivente e testemunha dos massacres que após ser citado em Londres pelo reporter Peter Pringle, do Sunday Times, se tornou objeto de verdadeira caçada promovida pela PIDE e pelas autoridades da colónia.

* O governo de Marcelo Caetano, por intermédio do Fundo de Fomento da Exportação, negociou com o governo polonês a troca de representantes comerciais permanentes e prepara-se para fazer contactos com a Hungria, Checoslováquia e Roménia com o mesmo objetivo. Por outro lado, segundo o Guardian de Londres, o jornalista soviético Victor Louis esteve em Lisboa no passado mês de dezembro e obteve permissão para visitar Angola e Moçambique.

* Em artigo publicado no Diário, jornal da diocese de Lourenço Marques, o arcebispo Dom Custódio Alvim Pereira, defendendo a hierarquia católica das acusações de omissão em relação aos massacres cometidos em várias regiões de Moçambique, declarou beatificamente que «A Igreja não pode ser contra nem a favor da independência de qualquer território». Como subsídio a essa filosofia diz, em dado momento, que «quem aprova as ideias revolucionárias tem que aguentar as consequências», que a liberdade da Igreja em Moçambique é «total e absoluta» e que «é terrivelmente trágico que cristãos e padres se envolvam na denuncia das barbaridades que alguns soldados cometem em momentos de alucinação». Para Dom Alvim, eventos como a chacina de Wiriyamu são perfeitamente naturais e compreensíveis e não há razões para supor as vítimas, incluindo as muitas crianças assassinadas, não aprovassem as ideias revolucionárias.

* Luis Fernando Carvalho Fernandes, 32 anos, que serviu em Moçambique durante 36 meses como sargento da Força Aérea Portuguesa relatou ao jornal sueco Dagens Nyheter fatos que testemunhou pessoalmente enquanto serviu naquela colónia. Eis alguns deles: o tenente Graça Ferreira, entre outras proezas, torturava presos perfurando-lhes o dorso com ferro de solda elétrico. A tortura terminava com a morte do preso. Também interrogava presos perliados à beira duma sepultura previamente aberta. De revolver em punho, matava sucessivamente cada prisioneiro que negava as acusações feitas. A cada disparo, uma vítima caía no fundo da sepultura. A própria Força Aérea tornava ao tenente Graça Ferreira doses de «escalopimada», conhecida como «roga da verdade», de uso proibido pela Declaração dos Direitos Humanos.

Quando as prisões estavam superlotadas, o que acontecia com grande frequência, os prisioneiros eram retirados em grupos de 30, embarcados em aviões C-47 da Força Aérea e despejados no mar, perto de ilha de Ibo, de mãos e pés amarrados. Tais operações eram em geral, comandadas pelo major Candeiras, pelo tenente Gonçalves, tenente Carvalho e outros. Como, naquelas paragens, as águas estão infestadas de crocodilos, uma meia hora depois, o local da queda dos corpos tornava-se vermelho, parecendo um verdadeiro mar de sangue. O oficial Dias Gonçalves era especialista em decapitar prisioneiros e os seus subordinados gostavam de guardar as cabeças como troféus. O coronel Martiniano e o tenente Massanita receberam honras de «heróis nacionais» por crimes semelhantes cometidos primeiro em Angola e depois em Moçambique. Outros «heróis»: sargento, Montes, sargento Ernesto, cabo Casaleiro, tenente Carrilho, tenente David Baptista, tenente Cunha Lopes, Sargentos Gomes, Renato, Queiroz, Quental Gardão, Oliveira e Freitas. A especialidade destes era o bombardeio de aldeias africanas com bombas de napalm e de fragmentação.

* Quando Chico Kavachi, agente africano da PIDE, foi morto por uma granada de mão lançada para dentro da sua casa cidade de Tete, e a notícia se espalhou pelas aldeias próximas, houve intenso regozijo popular manifestado em danças tradicionais e bebidas. Chico, temido e detestado pelas populações, era tido como um dos participantes da chacina de Wiriyamu.

* Forças da FRELIMO derrubaram dois aviões da F.A.P. na província de Niassa, no período setembro/outubro. Outras operações resultaram na destruição de um trem com material bélico perto de Vila Cabral, destruição de diversas barracas no campo militar de Maniamba, destruição parcial do posto militar de Chiala e de dois edifícios do posto de Luatize.

* Forças do M.P.L.A. destruíram o campo militar de Mokondo, na sequência de uma ataque com artilharia. As forças portuguesas tiveram 22 mortos. Noticiais divulgadas pela Zaire News Agency em Bruxelas dizem que o exército português sofreu 164 mortos e perda de 20 carros de combate no mês de setembro em Angola. A recente medida de Mobutu, presidente do Zaire, de eliminar a presença de portugueses, gregos e paquistaneses nas regiões próximas à fronteira de Angola, exporriando as respectivas terras, pode ter como um dos objetivos «limpar a área» para uma reativação do movimento guerrilheiro liberado por Holden Roberto, segundo artigo publicado no Guardian. Mobutu estaria, de acordo com o mesmo artigo, pressionando Roberto para aumentar os efetivos da FNLA.

* Cerca de 200 oficiais do exército português ter-se-iam reunido secretamente em outubro, em plena campanha eleitoral, numa localidade do Alentejo para «falar de política», informa Bruno Crimi em artigo publicado na revista Jeune Afrique.

Encontra-se em fase de montagem um filme rodado no Brasil pelo cineasta português David Quintás, que será lançado com o título «Este homem deve morrer». O personagem central do filme, o homem que deve morrer, é inspirado na figura do general Humberto Delgado, assassinado pela PIDE.

* O governo iraquiano nacionalizou a participação da Fundação Calouste Gulbenkian na Bassara Petroleum Company, representando 5% do capital daquela empresa petrolífera. Há cerca de um ano havia tomado igual medida em relação à participação da mesma Fundação na Irak Petroleum Company.

* Ampliando continuamente a atividade militar no distrito de Manica e Soiala, guerrilheiros da FRELIMO atacaram em 31 de dezembro, pela primeira vez, a estrada de ferro que liga o porto da Beira à cidade de Salisbury, capital da Rodésia. Diversas cargas de dinamite fizeram saltar um trem de transporte de tropas. Em seguida, outro trem enviado em socorro do primeiro desbarrou em consequência de nova explosão, após o que foi atacado com metralhadoras. Entre as baixas portuguesas conta-se um capitão. Embora sem confirmação, correm versões em Saaburry de que na mesma região uma unidade do exército português se encontra cercada pelos guerrilheiros. A ferrovia Beira-Saisbury e de grande importância tanto para a Rodésia, através da qual faz grande parte das suas importações e exporta sua produção mineral e agrícola, como para a economia de Moçambique, que tem nesse traço uma importantíssima fonte de renda. O porto de Beira e a estrada de ferro que o liga à rede ferroviária rodésiana existem primordialmente em função do tráfego de mercadorias de e para a Rodésia e de dependência, também em grande medida, a vida económica da cidade da Beira. Pela mesma faixa de território corre a rodovia internacional que liga as duas cidades e por onde é intenso o trânsito de turistas que demandam em várias épocas as praias da Beira, que não deixará de ser afetado pelas atuais condições de insegurança.

* Alcançou grande repercussão no país a «carta aberta» de José Magalhães Gouvêa a Marcelo Caetano, publicada no jornal República durante a campanha eleitoral, desmascarando as mistificações e manobras a que recorre Caetano para fazer crer em modificações políticas que afinal não ocorreram senão na aparência, deixando inalteradas as linhas fundamentais do regime herdado de Salazar.

Um dos aspectos mais destacados da última campanha «eleitoral» foi o repúdio generalizado às guerras coloniais e a defesa dos direitos dos povos africanos à autodeterminação por parte dos setores democráticos de todo o país. Eis algumas das manifestações: mais de 10.000 pessoas no Porto e cerca de 6.000 em Lisboa participaram de protestos de rua contra a guerra colonial; comícios em Castelo Branco, com mais de 1000 pessoas, e em Coimbra, com mais de 2000, tiveram caráter acentuadamente anti-colonialistas, o mesmo acontecendo em Arganil e Covilhã, onde os participantes valeram ruidosamente a polícia quando esta tentava interromper discursos alusivos às guerras ou retirar faixas com slogans anti-colonialistas; nos comícios de Aveiro e Coimbra foram aprovadas moções contra a guerra colonial; o plenário da CDE do Porto aprovou moção dirigida à FRELIMO e ao povo de Moçambique assinalando a data de 25 de setembro, aniversário do início da guerra de libertação; o plenário da CDE de Leiria aprovou moção saudando a República da Guiné-Bissau; o Comité Regional das Beiras do P.C.P. enviou saudação ao P.A.I.G.C. por motivo da proclamação da independência da Guiné-Bissau. Em comunicado à imprensa, cortada pela censura, o plenário do movimento da juventude trabalhadora do distrito de Lisboa in-

surgia-se contra as guerras coloniais classificando-as como o problema número um do povo português e particularmente da juventude. No Porto, no local de partida dos carros militares, rebentaram 2 petardos que espalharam centenas de tarjetas com dizeres anticolonialistas. Na véspera da peregrinação de 13 de outubro, apareceram em Fátima inúmeras inscrições dizendo «abaixo a guerra colonial». Em Minde, distrito de Santarém também apareceram diversas inscrições, tais como: «fim à guerra colonial», «não à guerra», «abaixo a guerra colonial».

* Um comunicado do M.P.L.A. dá conta de um ataque de grande envergadura contra o quartel de Niconje (Cámbida), no qual foram empregados canhões, morteiros, lança-foguetes e armas ligeiras. Comandos travaram combate junto ao arame farpado que cercava o quartel enquanto outras forças combatentes do MPLA ocupavam as vias de acesso que ligam o mesmo ao quartel Sanga-Planície e ao de Beilze (quartel general do setor), destruíram a ponte de Singuisa e montavam um campo minado. Uma coluna de socorro enviada de Sanga-Planície foi emboscada perdendo 3 caminhões Unimog e sofrendo 50 baixas entre mortos e feridos. Outra coluna enviada de Beilze foi igualmente surpreendida perdendo mais um veículo Unimog e 10 baixas entre mortos e feridos. Em diversas ações na frente Leste, as forças do MPLA destruíram 8 viaturas militares e causaram pesadas baixas às forças colonialistas.

* Kaulza de Arriaga, o homem que liqüidou definitivamente a FRELIMO (e por diversas vezes...) quando ocupava o posto de comandante militar de Moçambique, estaria em regime de prisão domiciliar, assim como outros oficiais, após a descoberta de um campião que deveria destruir Marcelo Caetano durante a recente visita de Henry Kissinger a Portugal. E o que informaram as agências noticiosas internacionais no começo deste mês. O «grande» general continua somando brilhantes vitórias...

* Das 666.174 toneladas de petróleo extraídas na região de Cabinda no mês de setembro último, 488.031 t foram vendidas para os Estados Unidos e 18.175 t para Portugal, segundo se anunciou em Luanda.

* O custo da construção de hidroelétrica de Cabora Bassa será coberto com recursos provenientes das seguintes origens: Alemanha, 2.403.920.620\$000; França, 2.378.497.165\$000; África do Sul, 997.475.000,00; Itália, 1.165.506.315\$000; Bancos portugueses, 1.200.000.000\$000; Estado, 3.100.000.000\$000; num total de onze milhões e duzentos e quarenta e cinco mil contos. A informação é do Ministério do Ultramar.

* O general Sá Viana Rebelo, que recentemente deixou o cargo de ministro da defesa, foi nomeado administrador, por parte do Estado, da Companhia Portuguesa de Electricidade e designado para o cargo de presidente do conselho de administração. Aquela mesma história já muito conhecida de todos...

* Num balanço dos resultados alcançados na última campanha «eleitoral» os meios democráticos de Portugal consideram que foram dados novos e grandes passos em frente no processo político nacional, assinalando especialmente os seguintes aspectos: 1) A grande campanha política de massas constituiu um brilhante sucesso do movimento democrático; 2) O regime sofreu uma enorme derrota política por ter falhado em alargar as suas bases de apoio político, em fomentar uma oposição inofensiva servindo-se dos chamados «liberalizantes» e em abafar com medidas repressivas a campanha do movimento democrático; 3) Ficou demonstrada a grande realidade que é o movimento democrático na vida política portuguesa; 4) Revelou-se nesta campanha uma notável renovação do movimento democrático, pela melhoria da sua oposição social; 5) Foram evidenciadas profundas modificações operadas no quadro das forças políticas anti-fascistas e na correlação da sua influência.

* Verificaram-se, de dezembro de 1968 a dezembro de 1972, os seguintes índices de aumentos do custo de vida, de acordo com informação do Boletim Mensal de Estatística, considerado, aliás, pouco digno de confiança: Lisboa, 44,6%; Porto, 33,7%; Coimbra 33,2%; Évora, 37,6%; Viseu, 34,9% e Faro, 53,7%. Também segundo os números oficiais as rendas de casa subiram no mesmo período 116% em Lisboa, 110,6% em Faro, 103% em Évora e 101% em Viseu. Nos seis primeiros meses de 1973 os preços no consumidor subiram 6,6% em Lisboa e 7,8% no Porto.

* Foi preso e tem sido barbaramente torturado o ex-dirigente associativo do Instituto Superior Técnico de Lisboa João Resende. Expulso do IST pelas autoridades fascistas e há vários anos perseguido pela PIDE, João Resende recusou-se a servir nas fileiras do exército colonialista quando ia ser mobilizado para lutar nas guerras africanas,

preferindo manter-se lutando pela liberdade em seu próprio país.

* Em novembro os carcereiros avisaram António Dias Lourenço, operário Metalúrgico de Vila Franca de Xira, preso há longos anos por oposição à ditadura, que se preparasse para sair em liberdade. Horas depois, quando

Dias Lourenço esperava ansiosamente a hora em que lhe abrissem as portas, comunicaram-lhe que finalmente já não saía pois a sua pena fora agravada em mais 6 anos. Monstruosa manifestação de sadismo só imaginável num regime fascista.

Lutas Populares

Pescadores de Matosinhos

Recentemente os pescadores de Matosinhos conseguiram uma nova vitória. Iniciaram uma greve pelo pagamento dos 10\$00 que já lhe haviam sido prometidos 3 meses antes durante a greve de 70 dias, plenamente vitoriosa. Mais de 1.500 pescadores se concentraram na praia. Uma tarjeta distribuída por um grupo de pescadores dizia: «Não vamos ao mar! Ninguém fique enchapado! Só redes ao mar com os 10\$00! Mais uma vez unidos, venceremos! Companheiros firmes como rochedos!». A greve foi decretada e constituídos piquetes O aparelho policial, as novas promessas dos armadores e da capitania, nada fez facilitar os pescadores em luta.

A PIDE-DGS em força apareceu, interrogando e ameaçando, mas sem resultado. Dias depois realizou-se nova concentração, como nos anteriores, e perante a decisão e combatividade dos pescadores o governo foi obrigado a dar os 10\$00, temeroso do alargamento do conflito no momento em que se processava a grande campanha política de massas precipitada pelas «eleições». A vitória foi total. O entusiasmo foi enorme. Favoreceu a rápida vitória dos pescadores de Matosinhos o fato de terem sabido integrar na campanha política que se iniciava a sua luta reivindicativa.

Metalurgia Duarte Ferreira (Vramagal)

Cerca de 1.200 operários desta empresa reuniram-se em assembleia para apreciar a revisão do contrato de trabalho. A sala do sindicato comportava apenas 200 pessoas, mas os restantes ficaram na rua e pelos corredores, participando nas discussões através de alto-falantes e microfones instalados para esse fim. A reunião, que foi inicialmente convocada para o Cine-Teatro de Alferrarede, foi proibida pelo governador civil. Não obstante mais de 1.000 operários inscreveram um abaixo assinado contra a arbitrariedade e uma comissão sindical formada na base de 7 sindicatos, continuou as discussões e as negociações.

Mague

Nesta empresa o grande descontentamento que reinava entre o pessoal e que se acentuara a partir da paralisação determinada pelos operários a pressionarem a Comissão Interna para ir a gerência pedir explicações. Como porém disso nada resultasse, uma comissão de operários publicou e distribuiu na empresa um documento criticando o desinteresse da C.I. e apelando para a formação duma Comissão para conduzir a luta sob formas vigorosas. A gerência recendo isso, apressou-se a anunciar o aumento, tendo os operários da secção de tornos paralisado o trabalho para irem perguntar ao chefe quanto era o aumento. Como resposta a esta ação foram despedidos dois jovens. Os aumentos acabaram sendo concedidos e variaram entre 220 e 1100 escudos, sendo a maioria de 400 a 500 escudos. Alguns operários consideram-nos bastante abaixo do necessário para fazer face ao aumento do custo de vida, sem contudo deixarem de considerar que foi uma vitória. Fêz-se sentir a falta de uma Comissão de Unidade, que foi uma das causas da falta duma pronta reação ao despedimento dos dois jovens, além de que a C.I. não pode ser o órgão representativo dos interesses dos trabalhadores como mais uma vez ficou demonstrado.

Eletro-Cerâmica (Porto)

Uma secção de cerca de 50 operários abandonou o trabalho e concentrou-se junto da Administração para exigir aumento de salários e o regresso ao Sindicato dos Metalúrgicos, pois o patrão mudara-as abusivamente o ano passado para o dos Electricistas. Operários doutras secções abandonaram também o trabalho. Enquanto uma comissão ficou a discutir com o patrão, as restantes regressaram aos seus lugares, mas só retomaram o trabalho quando os colegas voltaram. Como consequência da luta as operárias desta secção foram aumentadas em 10\$00 tendo o aumento nas outras secções sido diferenciado. Entretanto, a empresa suprimiu um prémio de assiduidade de 4\$00 e aumentou em 3\$00 as refeições da cantina, tentando recuperar por um lado o que foi obrigada a dar por outro, o que impôs a continuação da luta.

Estaleiros Navais (Viana do Castelo)

Os operários das secções de serralharia e torneiros recusaram-se a fazer horas extraordinárias a partir das 20 horas se não lhes fosse paga a refeição da noite e a hora que gastam na refeição e 75% de acréscimo nessas horas extraordinárias, bem como dispensa de trabalhar as 4 horas de sábado sem diminuição do salário, reivindicações que a empresa foi obrigada a satisfazer.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Mexico condena Colonialismo

O diário «Excelsior» — o mais importante do Mexico e um dos órgãos de maior prestígio da imprensa latino-americana — publicou em suas edições de 17 e 18 de dezembro uma entrevista com o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues, que, na altura, se encontrava de passagem por aquele país. Transcrevemos abaixo o editorial que «Excelsior» publicou no dia seguinte, a propósito das declarações de MUR sobre a guerra colonial.

«No dia 3 de novembro passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecera a independência da Guiné-Bissau e repudiou a dominação portuguesa nesse território, mas o governo de Lisboa anunciou imediatamente que não acataria a Resolução.

Deste modo, o regime ditatorial de Marcelo Caetano afirmava-se aos acordos que as potências imperialistas fizeram em 1885, em Berlim, quando a África foi dividida como um imenso zoológico», nas palavras de Amílcar Cabral, o herói da independência da Guiné-Bissau, assassinado a 21 de janeiro deste ano pelos esbirros do colonialismo.

Os dissabores não terminaram. A nostalgia portuguesa pelas glórias imperiais e as reservas de petróleo e minérios existentes nas colónias foram incentivos suficientes para desenvolver aquilo a que o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues, membro da Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, chama «um mini-Vietnam».

Portugal está hoje longe de ser uma potencia. Mas, no estilo destas, permite-se o direito de desprezar a opinião pública mundial e desconhecer os acordos da Organização das Nações Unidas que o instam a aceitar a independência das suas colónias. Esta é outra das consequências da ruptura de uma ordem internacional precária.

PORTE PAGO - DR - SP
AGÊNCIA CENTRAL
AUTORIZAÇÃO N.º 04263
PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. L. Baduró, 488 - 5.º S. - SP - Brasil